

A ARTE LITERÁRIA E O DISCURSO HISTÓRICO: PARCERIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA HISTORIOGRAFIA

Rejane Cristine Santana Cunha
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Brasil
resantana110@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho traça uma abordagem sobre a contribuição significativa da obra literária indianista de Antônio Torres em *Meu Querido Canibal* que narra a trajetória das comunidades indígenas Tupinambá e Tupiniquim e a sua relação com portugueses e franceses no período da colonização brasileira. Através da ficção literária coloca-se em evidência *A Confederação dos Tamoios*, fato histórico que uniu índios na maior organização de resistência aos colonizadores portugueses, apresentando-nos personagens indígenas que protagonizaram a nossa história colonial, e que assumem uma postura de herói numa versão avessa ao romantismo indianista, trazendo contribuições significativas para a história social referente à etnicidade, como também fontes inseridas na micro-história detectadas no período colonial - o processo de conquista entre colonizadores e nativos através da exploração, escravização etnocentrada e excludente; a importante contribuição da mão-de-obra escrava de índios para dinâmica interna do Brasil indígena na formação da colônia; a resistência pela preservação cultural da comunidade indígena Tupinambá. Para tanto nos embasamos em teóricos como Hayden White (1994), Bernucci (2000), Pesavento (2000), Bernd (1992), Thompson (1998), que reconhecem a importância da ficção literária como objeto de reconhecimento para analisar o discurso histórico e reler fatos da micro-história.

Résumé

Le présent document décrit une approche à la contribution significative de l'œuvre littéraire de Antonio Torres *Meu Querido Canibal*, qui raconte l'histoire des communautés autochtones Tupinambá et Tupiniquims et leur relation avec les portugais et les français dans la période de la colonisation brésilienne. Grâce à la fiction littéraire se met en évidence La

Confédération des Tamoios, fait historique qui unissait les Indiens dans la plus grande organisation de la résistance aux colonisateurs portugais, nous présentant des personnages autochtones qui ont organisé notre histoire coloniale, et qui assument une posture de héros dans la version contraire au romantisme indianiste, et en apportant d'importantes contributions à l'histoire sociale liée à l'origine ethnique, ainsi que des sources insérées dans la micro-histoire détectées pendant la période coloniale - le processus de conquête entre les colons et les indigènes par le biais de l'exploitation, de l'esclavage ethno-centré et de l'exclusion; la contribution importante du travail des esclaves et le travail des Indiens à la dynamique interne du Brésil indigène dans la formation de la colonie; résistance pour la préservation culturelle de la communauté indigène Tupinambá. Nous nous centrons sur les études de Hayden White (1994) Bernucci (2000), Pesavento (2000), Bernd (1992), Thompson (1998), qui reconnaissent l'importance de la fiction littéraire comme objet de reconnaissance pour analyser le discours historique et relire les faits de la micro-histoire.

Palavras-chave: Arte literária. Povos Indígenas. Afirmação Identitária. Discurso Histórico.

Mots-clés: Art littéraire. Indigènes. Affirmation d'identité. Discours de l'Histoire.

INTRODUÇÃO

A ponte que estreita os laços entre a literatura e a história só vem corroborar para a compreensão de significados que estão nas entrelinhas de cada discurso; seja ele literário, documental, oral. Pois esta parceria aguça a sensibilidade do historiador na investigação de seu objeto de pesquisa.

Conforme Hayden White (1994), a demora que os filósofos da história tiveram para reconhecer a importância da linguagem como objeto central para exames de outros departamentos da ciência de cunho fundamental foi lamentável. Diante disso, estes filósofos modernos tomaram o discurso histórico como seu objeto específico de análise.

É a natureza metafórica dos grandes clássicos da historiografia que explica por que nenhum deles jamais encaixotou um problema histórico definitivamente, mas antes sempre destampou uma perspectiva sobre o passado que inspira mais estudos. É este fato que nos autoriza a classificar o discurso histórico primordialmente com interpretação, mais do que como uma explicação ou descrição e, sobretudo, como um tipo de escrita que, em vez de apaziguar a nossa vontade de saber, nos estimula a cada vez mais pesquisa, cada vez mais discurso, cada vez mais escrita. (WHITE, 1994: 28)

Insistir neste confronto de averiguação da veracidade histórica em detrimento da ficção é adormecer em estudos de pesquisas e permitir que se passem despercebidos análises de fatos presentes tanto nas fontes históricas quanto nas obras literárias, fatos estes que podem contribuir para os avanços da ciência social. Seria interessante refletir sobre a possibilidade de que nunca existiu uma história verdadeira, única e acabada em si mesma; e sim fatos versados por grupos humanos que mantinham um discurso hegemônico. Afinal, seria muita pretensão dizer hoje como era, de fato, um passado remoto mesmo porque a capacidade de interpretação de cada grupo evidencia-se de forma divergente. Seria ingênuo acreditar em um discurso homogêneo carregado de preconceitos e dogmas pré-estabelecidos.

Bernucci (2000) assevera que a historiografia do séc. XIX ponderou nos riscos a que ela se submetia caso não estivesse atento à noção de verdade, a uma busca de coleta dos dados históricos e um discurso conveniente respaldado na absoluta verdade. Mas é fato reconhecermos que a historiografia não iria sobreviver caso cometesse erros grosseiros de interpretação de fatos, a ponto de comprometer o conceito da veracidade dos mesmos.

A historiografia requer do historiador uma disposição mental ética que não existe no campo da ficção. E a razão é relativamente simples, porque o romance, por exemplo, lida com o conceito de verossimilhança e não de veracidade; e se por acaso os elementos de uma representação ficcional dos fatos coincidirem com os de uma narração de sucessos históricos, não se deverá pensar que o romancista quis aderir a um preconceito verdadeiro da mesma maneira como o faz o historiador. (BERNUCCI, 2000: 12)

A necessidade de se apreender o funcionamento da linguagem no discurso histórico nos garante visualizar a ideologia de determinados grupos a partir da materialização da língua, já que a mesma perpassa por várias áreas do conhecimento como sociologia, história, psicologia, filosofia num processo interdisciplinar provocando uma relação estrita entre a literatura e as ciências sociais.

O texto histórico comporta ficção na medida em que se selecione e se faça um recorte de atividades que se articulam à capacidade da imaginação criadora de construir o passado para representá-lo. A própria voz que narra e organiza os fatos, também apresenta os personagens e situa o leitor à temporalização do episódio narrado “ [...] como ato ou efeito de colocar no lugar de, dar o efeito real, como se aquilo que se passou longe do olhar e da vida dos ouvintes ali estivesse, numa ‘ilusão referencial’ de presença e que permitisse o público imaginar como teria sido aquilo que se narra. (PESAVENTO, 2000: 34)

Diante desses aspectos, o discurso histórico investiu seus estudos na questão interpretativa da leitura, numa busca de significados que se voltassem para um ato interpretativo levando em consideração o contexto sócio-histórico e cultural dos indivíduos inseridos neste processo e enunciação.

O historiador através do seu discurso historiográfico interfere na reinterpretação dos fatos sem com isso alterar a veracidade dos mesmos. Nestas releituras, as possíveis verdades são questionadas e podem ser desconstruídas. Constrói-se uma narrativa aos olhos de quem a interpreta e a aceitabilidade desta veracidade se dará pelo poder argumentativo do historiador. Isto não quer dizer que um discurso histórico venha criar fatos, de fato ele chega para acrescentar dados no momento em que desperta no leitor possibilidades através de sinais apresentados em seu objeto de pesquisa.

A ARTE LITERÁRIA E A PRESERVAÇÃO DOS FATOS

A literatura vinculada à história assume um importante papel de denunciar fatos que a própria história oficial ofusca. Através de discursos verossímeis, torna-se plausível a persuasão da ficção histórica.

Pela arte literária de Antônio Torres, em *Meu Querido Canibal*, cuja temática indianista narra a trajetória das comunidades indígenas Tupinambá e Tupiniquim e a sua relação com

portugueses e franceses no período da colonização brasileira, século XVI. Com um discurso que retrata o humor e, ao mesmo tempo, indignação somos apresentados a verdadeiros heróis brasileiros – Cunhambebe e Aimberê – índios idealistas, resistentes ao processo de escravização e mesmo estigmatizados de “silvícolas”, “inaptos ao convívio social” mostram-se conscientes de toda exploração a que foi submetido seu povo, chegando ao ápice de liderarem a Confederação dos Tamoios – marco histórico do Brasil no período colonial –, praticamente ignorado pela comunidade brasileira. “A confederação dos tamoios durou cerca de 12 anos, período em que se destacou como a maior organização indígena de resistência à invasão dos portugueses em toda história do Brasil” (TORRES, 2004: 57).

Pela análise interpretativa desses bravos guerreiros desconstrói-se uma imagem negativa que foi arraigada pelos interesses da Coroa Portuguesa e da Companhia de Jesus e abriu espaço para se repensar através desses discursos, a situação de uma etnia que corria riscos de extinção – a indígena. “O discurso histórico revive o passado, procurando restaurá-lo através de marcas que ele deixou. Mas essa restauração do passado será feita através de um discurso realizado no presente, por um homem presente” (BACCEGA, 2002: 87).

As relações ideológicas se afirmam no discurso histórico-ficcional. A ficção apóia-se na história para criar seus enredos, construir seus heróis e, através deles, reverter estigmas interessados aos que detém o poder, ditam suas próprias regras e relatam a história oficial como melhor lhe aprouver. No referido romance, Antônio Torres evidencia os índios Cunhabembe e Aiamberê que se fizeram heróis e com seus feitos trouxeram o passado como referência significativa para o presente. Assim, o autor ao protagonizar o índio, dando-lhe voz e representação, provoca o leitor a uma visão diferenciada daquela firmada pela “história oficial”.

Através da ficção historiográfica, Antônio Torres traça o massacre físico e cultural sofrido pelos ameríndios brasileiros, atribuindo à história uma nova versão, a que não foi relatada pela soberania portuguesa. O autor apega-se a fatos históricos passados relacionando-os a uma descendência marginalizada com baixa representatividade no âmbito sócio-cultural e literário.

Como os índios não dominavam a escrita, seu destino sobre a terra esfumou-se em lendas. Se sabemos alguma coisa a respeito deles, é graças aos relatos daqueles mesmos brancos, quase sempre delirantes, pautados pelo exagero e evados de suspensão (TORRES, 2004: 9).

Através de uma dinâmica diferenciada ao apresentar esses índios como mártires, Torres, revela uma postura outra de povos indígenas brasileiros, pois posiciona-os como atores no processo de colonização, provocando o leitor a perceber que esses mesmos protagonistas fizeram-se heróis e com seus feitos trouxeram o passado como referência significativa para o presente.

Com essa obra literária desconstruímos a ideia implantada pela colonização de que o Brasil era uma terra sem religião, sem lei e sem rei. Pela força ideológica dos personagens Cunhambebe e Aimberê, Antônio Torres reconstrói o curso de uma história grotesca e preconceituosa, que em momento algum oportunizou os nativos à sua própria versão. A luta pela sobrevivência de uma etnia, pela garantia de seu próprio habitat e liberdade sócio-cultural, custou um altíssimo preço para os nativos. O pasto de urubus como retrata Torres, talvez o genocídio mais covarde da história humana, uma guerra de armas desproporcionalmente desiguais - arco e flecha X pólvora: “[...] exterminados inapelavelmente, como se sabe, numa carnificina abominável, quando foram servidos em banquete aos urubus, nunca é demais lembrar” (TORRES, 2004: 10).

O interessante é a revelação dos dados historiográficos presentes no romance que os indígenas estavam distantes das características que lhes foram atribuídas: indolentes, tábuas-rasas, bugres. Uma vez que conseguiram se mobilizar de forma organizada em defesa de sua gente e não foram tão passivos como a imagem estereotipada se esforçou para demonstrar durante séculos. As relações ideológicas se afirmam no discurso histórico-ficcional.

José de Alencar, maior representante do romance indianista romântico brasileiro, em suas obras literárias *O Guarani* e *Iracema a Virgem dos Lábios de Mel* aborda um índio que assume a postura de um europeu civilizado e cortês e o apresenta fisicamente como cópia de um cavaleiro medieval, corpulento, forte, porém alheio ao seu contexto histórico-social. Com essa formatação romântica de comunidade indígena, infelizmente, Alencar trouxe um cenário idealizado do índio brasileiro, o que a licença poética permite, entretanto com essa

idealização romântica negou o poder da palavra e a representação dos povos indígenas do Brasil.

Em consequência desse feito, as comunidades indígenas brasileiras foram silenciadas e negadas em todo processo de manifestação literário-cultural. A postura romântica criou uma literatura indianista no Brasil versada pelo colonizador branco sem representação identitária do povo índio como bem afirma Zilá Bernd “o literário incorpora uma imagem inventada do índio, excluindo sua voz. Certamente a que melhor correspondia à edificação do projeto nacional” (BERND, 1992: 18).

Segundo a mesma autora, tudo que era autóctone no Brasil era marginalizado pela palavra onipresente dos letrados, com esta concepção unilateral criaram-se barreiras preconceituosas aos estudos populares no Brasil. Apesar da construção pejorativa que se atribuiu às narrativas autóctones, estudos mais recentes ensinam uma lição de aceitação do outro e de sua diferença, promovendo um resgate de uma “imagem outra” do índio. Em *Meu Querido Canibal*, Antônio Torres dá voz ao índio e evidencia a representação de povos indígenas que se organizaram em manifestação à escravização indígena, fato ignorado pela sociedade brasileira.

Essa representatividade minúscula – tanto em representação identitária quanto populacional – é consequência de uma política desumana que sempre manteve silenciada e negada a sua cultura, a fim de favorecer aos interesses de grupos dominantes, como bem aborda Antônio Torres (p. 144). “Meu Querido Canibal: no grande livro do tempo dos vice-reis, o índio pouco aparece. Nem chega a ser incluído aos infames da raça... Triste minoria.”

A CONQUISTA DO NOVO MUNDO – ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

A contribuição do romance *Meu Querido Canibal* para a historiografia se dá no procedimento do discurso histórico, pois a ficção literária narra fatos do Brasil colonial, século XVI, período das grandes navegações e conquistas por novos mundos. A narrativa revela os primeiros contatos entre índios, portugueses e franceses. Na visão dos europeus a América se representava como antítese da Europa, como reino da contrafação, como luta de religiosos e feiticeiros. Os caraíbas (homens brancos) eram considerados “filhos de Deus” abençoados, tinham boas vestes, eram valentes e dominavam mares e pólvora; os

nativos eram errantes, fracos, viviam sem roupas e machados, esquecidos por Deus e largados como desgraçados em um território distante e sob domínio do mal (RAMINELLI, 1996).

A alteridade entre europeus e ameríndios era igualmente marcada pelos vínculos travados com o Bem e o Mal. O cristianismo e mercantilismo seria a salvação dos nativos. Sob a sedução demoníaca os feiticeiros (pajés) que enganavam os índios, com isso a colonização seria o fim da miserabilidade.

A dinâmica interna no Brasil indígena foi profunda na formação da Colônia. Talvez o europeu esperasse encontrar povos submissos que pudessem aceitar esta troca de culturas – de forma impositiva – e que daí surgisse um contexto cultural homogêneo. A subestimação do colonizador no processo de conquista para os povos ameríndios rendeu-lhe conflitos e surpresas ao perceber a resistência de grupos que se opuseram à imposição cultural do ocidente, pois como retrata a própria história, os indígenas lutaram em prol de seus costumes e espaço geográfico.

Sem fazer justiça à enorme complexidade das estruturas sociais do Brasil quinhentista, podemos destacar, de forma sintética, alguns elementos constitutivos dessa dinâmica: o processo de fragmentação e reconstituição dos grupos locais, os papéis de liderança desempenhados pelos chefes e xamãs e, finalmente, a importância fundamental do complexo guerreiro na afirmação da identidade histórica desses grupos (MONTEIRO, 1994: 18-19).

A ausência de rei e de uma religião oficial entre as comunidades indígenas despertou no colonizador o desejo de domínio para os povos conquistados, mas para surpresa dos nobres europeus a comunidade indígena vivia entrelaçada em seus valores e costumes, uma vez que eram guardiões de suas tradições, e não se colocaram subservientes.

Ainda os Tupis, tupiniquins, comunidades que mantinham uma acolhida amistosa com os portugueses, na primeira metade do século XVI, aceitaram a presença europeia justamente porque esta, até então, não apresentava nenhuma ameaça ostensiva ao bem estar indígena. Conforme Monteiro (1994), encontrava-se entre os principais guerreiros indígenas João Ramalho - português que anos antes tinha se integrado ao grupo de Tibiriçá (índio

Tupiniquim) e se casado com uma de suas filhas. Ramalho fundou uma outra aldeia que serviria de base para a futura vila portuguesa de Santo André da Borda do Campo, e estava totalmente absorvido pelos hábitos culturais indígenas. “Com toda a certeza, a aliança entre os tupiniquins e os portugueses muito se deveu à presença de João Ramalho. Para o recém-chegado jesuíta Manuel da Nóbrega, baseado em informações secundárias, Ramalho era um português totalmente indigenizado. Escreveu Nóbrega: “[...] toda a sua vida e de seus filhos segue a dos índios [...] Têm muitas mulheres ele e seus filhos, andam com irmãs e tem filhos delas tanto o pai quanto os filhos. Seus filhos vão à guerra com os índios, e suas festas são de índios e assim vivem andando nus (sic) como os mesmos índios.” (MONTEIRO, 1994: 30).

Além de retratar os primeiros contatos entre povos indígenas e europeus, Antônio Torres inicia a sua obra apresentando o índio Cunhambebe como o protagonista da história “Ilustríssimo Cunhambebe. Permitam-nos considerá-lo o primeiro herói deste país de aventureiros, naufragos, degredados, traficantes, piratas e contrabandistas.” (TORRES, 2004: 37). No processo histórico a atuação dos índios Cunhambebe e Aimberê se dá pela relação amistosa que a nação Tupinambá mantinha com os franceses, o que resultou na culminância da Guerra dos Tamoios. Essa relação incomodava os portugueses, pois a presença dos franceses atrapalharia os seus planos com relação à posse da terra Brasil: “[...] invejosos da aliança entre franceses e tupinambás, que atrapalhava os seus planos de ocupação definitiva e domínio da terra recém-achada, os portugueses entraram em polvorosa. E começaram a enfrentar os franceses com uma guerra de palavras pior do que a briga de vizinha”. (TORRES, 2004: 23)

Na obra de Torres esses guerreiros eram temidos e respeitados tanto pelos portugueses quanto pelos franceses, considerado como “Um gênio militar, digamos logo. Com suas armas rudimentares – flechas, arcos e tacapes - enfrentavam canhões dos quais escapavam ilesos.” (Idem, p.13). Dessa forma a representação desses índios vem ao encontro das descrições de cronistas quando relatam a resistência e os conflitos entre portugueses e Tupinambá. E o reconhecimento dos franceses, a exemplo do frade André Thevet ao intitular Cunhambebe como “o grande rei selvagem o mais temido de todo o país, homem de grandes brilhos de virtudes ocultos por trás de sua enorme brutalidade” (Idem, p.25).

A resistência indígena apresentada na obra literária de Antônio Torres vai fortalecer a ideia de que povos indígenas do Brasil, desde o período da colonização, não foram submissos e alienados ao processo de exploração da mão-de-obra escrava.

Ao ganhar a liberdade, Aimberê, já com o ousado plano de reunir todas as tribos numa confederação, correu de aldeia em aldeia, acompanhado por um enorme séquito. As situações e acontecimentos deploráveis que ia encontrando deixavam-no ainda mais revoltado. Como o estado de miséria das tribos guaianases e carijós, forçados ao trabalho pesado depois da chegada dos portugueses. Em igual penúria encontrou também os goitacases e os aimorés, tribos mais selvagens que viviam no interior. Aimberê procurou levantar o ânimo de todos, convocando-os à ação, através da luta organizada. (TORRES, 2004: 52)

O enfrentamento já os diferenciava e fazia com que os colonos repensassem a melhor forma de se manter aliado aos povos da terra, porque eles dependiam muito mais dos nativos para a própria sobrevivência. Daí se perceber a resistência dos nativos em permanecer em seus ritos e manifestos culturais e o impacto negativo das investidas por parte do europeu sobre as comunidades indígenas. “Nenhuma das estratégias mostrou-se eficiente, devido, sobretudo, à recusa dos índios em colaborar à altura das expectativas portuguesas” (MONTEIRO, 1994: 31).

Diante da recusa por parte dos nativos, o processo de conquista entre colonizador-colonizado tornou-se pela força, pelo aldeamento no sistema prisioneiro, índios enjaulados como animais cativos voltados à escravização. A mão-de-obra escrava indígena foi fundamental para a dinâmica interna do Brasil – Colônia e constituiu a riqueza e glória dos paulistas/bandeirantes, pois eram a comitiva de linha de frente ao desbravar o sertão, conquistar missões, conduzir o estrangeiro ao caminho das Minas, além de capturar outros índios para o comércio de escravos.

Na memória do povo brasileiro a escravidão esteve restrita a negros africanos. Entretanto, os relatos históricos colocam em evidência a trajetória da escravidão indígena além de massacres impiedosos. Retrata a sua importante contribuição ao Contexto Histórico Seiscentista, pois o colonizador europeu era extremamente dependente dos “Gentios da

Terra” e estes rebelavam-se contra esse comércio escravagista. “Se os casos de revoltas coletivas foram relativamente raros, a fuga e o absentéismo dos cativos manifestaram-se com grande frequência ao longo do período em que vigorava a escravidão indígena.” (MONTEIRO, 1994: 181).

Na verdade, havia o jogo de manipulação da Coroa Portuguesa ao enviar índios “arredios” - os resistentes que não se deixavam dominar - para tribos dos Tapuia, Guarani - considerados como rebeldes por lutarem até a morte, preferindo o extermínio à subserviência ao branco-colonizador (RAMINELLI, 1996). Neste processo de escravização era também estimulado pela própria Ordem dos Carmelitas o fornecimento de mantimentos e dinheiro aos índios sertanistas, para adentrarem os sertões dos bárbaros, na captura de novos escravos indígenas. Uma vez que os gentios da terra serviam até mesmo como dotes para os jovens colonos na conquista de mais escravos para a mão-de-obra e propriedade do colonizador.

A utilidade do indígena para esta missão dava-se pelo domínio dos nativos a lugares ermos do sertão. A missão dos bandeirantes paulistas foi marcada por um massacre impiedoso no processo de conquista; a ambição pela posse de terras e de riquezas ofertadas pelo Novo Mundo forçava estes jovens bandeirantes a se apossarem apenas dos nativos que lhe apresentassem algum tipo de utilidade, que fossem rentáveis para a sua prosperidade, o que reforça a ideia da sociedade moderna utilitarista, a preocupação entre o ter, o possuir, e não o ser.

Mesmo assim, a interação cultural foi inevitável entre estes povos. Mesmo na “superioridade” do Colonizador em se considerar unicamente civilizado frente ao novo contexto social, a absorção de hábitos culturais praticados pelos nativos foi inevitável e foi a garantia da produção agrícola para sertanistas paulistas (NETO, 1997). Mesmo sem valorizá-los, o conhecimento empírico dos nativos na agricultura e mineração foi relevante para o acúmulo de bens do branco-colonizador.

CONCLUSÃO

Dentro do processo histórico, os estudos da história universal se voltavam para ícones da sociedade cristã ocidental que se delineavam a uma trajetória única, progressiva,

elegendo o macho, o branco, o europeu, o burguês como *o modelo*, o que causaria a imposição desse padrão na construção identitária como também na representação afirmativa para a cultura ocidental, a qual lutava por uma sociedade homogênea.

O romance *Meu Querido Canibal*, com seu discurso histórico e aliado à historiografia, foi inegavelmente promissor para a quebra da representação hegemônica no imaginário social do mundo ocidental, já que ambos assumem o papel de pesquisar e recuperar personagens históricos invisíveis - sem voz, negados em todo seu contexto histórico social.

Segundo Elaine Rocha (2008), em seu artigo *A Captura de Novos Sentidos na História*, a história social assume o papel de estudar e recuperar personagens históricos invisíveis em todo contexto social - fatores como descolonização, fluxo migratório, genocídios, questões étnicos – raciais – onde historiadores se inseriram nas discussões interdisciplinares, nas trajetórias e problemas das sociedades emergentes. A historiografia aparece nesse limiar, rompendo com os moldes da história universal, uma vez que a manifestação desses “outros” ameaçou a ordem de quem os excluía.

A historiografia tem sido chamada para responder questões específicas das sociedades humanas que, por muito tempo, permaneceram submersas sob o ícone da História Universal e outras categorias generalizantes e reducionistas que pretendiam sintetizar a aventura humana na terra. (ROCHA, 2008: 1).

A busca por romances que abranjam aspectos culturais, em especial, gênero e etnia é crescente. Diante disso, a história de grupos que compõem as minorias tem sido alvo no campo da historiografia. Através da história da cultura Thompson (1998) propôs o desvio da inspiração marxista, rejeitando a metáfora de base/superestrutura e dedicou-se ao estudo das mediações culturais e morais, de forma que essas manifestações sejam incorporadas em tradições, sistemas de valores, ideias e forma institucionais.

A manifestação desses outros (minorias) ameaçou a ordem de quem os excluía proporcionando à arte literária e a historiografia, fontes para estudos que estivessem inseridos na micro-história “pesquisadores examinaram documentos sobre o período colonial, situando os índios diante do colonizador e fazendo o exercício da decomposição

das imagens dos índios e índias que figuram nos textos de missionários, administradores e viajantes deste período” (ROCHA, 2008: 5).

Nessa busca de afirmação cultural são encontradas na análise do romance *Meu Querido Canibal* referências afirmativas que favorecem a imagem heróica de mártires a exemplo de Cunhambebe, Aimberê que com tamanha determinação deixaram um registro positivo para a comunidade indígena. Através da conciliação ficção/história e dos arquivos da memória, pontos históricos são evidenciados, mantendo viva uma manifestação cultural, cujo intuito é a divulgação e reinterpretação dessas histórias para que não se tornem um aspecto cultural perdido. É com esta parceria história, literatura e relatos (oral ou escrito) que os avanços na pesquisa historiográfica acontecerão. Buscar os indícios históricos na própria ficção e nas entrelinhas dos textos relatados, de forma escrita ou oral, é que vão trazer fatos inovadores e a riqueza da pesquisa historiográfica.

Na realidade, o massacre permanece à proporção que a sociedade toma consciência de toda essa barbárie e se neutraliza pela postura da indiferença. O “canibalismo” perpetua com outras máscaras. Cabe aos interventores a defesa dessa etnia ignorada – vítima da selvageria de uma classe dominante – e a contribuição para que se tornem perceptíveis; seja pela releitura da história, pela interpretação simbólica de contos autóctones, por análises de romances que referendem a identidade desse povo. Já que “o pau comeu, o pau comeu e você nem percebeu.” (TORRES, 2004: 132), ou melhor, parodiando-o, o pau comeu e como lentos nem percebemos.

Referências bibliográficas

- ALENCAR, José de. (1994) *Iracema*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Moderna.
- _____. (1994) *O Guarani*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Moderna.
- BACCEGA, M^a Aparecida (2000) *Palavra e Discurso – História e literatura*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática.
- BERNUCCI, Leopoldo M. Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os Sertões*. *Revista USP* n.54, junho/agosto 2002. Pp. 6-15.
- BERND, Zilá (1992) *Literatura e Identidade Nacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS.

- MONTEIRO, Jonh Manuel. (1994) *Negros da Terra – índios de bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NETO, Edgard Ferreira. (1997) *História e Etnia in Domínios da história: ensaios da teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- PESAVENTO, Sandra Jutahy. (2000) Fronteiras da Ficção- Diálogos da História com a Literatura. *Revista de História das Ideias*, Vol. 21.
- RAMINELLI, Ronald. (1996) *Imagens da colonização – a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo: Edusp/ FAPESP/ Jorge Zahar.
- ROCHA, Elaine. *A captura de Novos Sentidos na história – gênero e etnia*. www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol.04_atg6.htm/22/10/2008.
- THOMPSON, E, P. (1998) *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TORRES, Antônio. (2004) *Meu querido canibal*. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.
- WHITE, Hayden. Teoria Literária e Escrita da História. *Estudos Históricos* Vol. 7, n. 13, 1994. Pp. 1- 120.